



9º PRÊMIO
CHICO e-CIDADANIA
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
Controle Social, Governo Aberto, Inovação, Governança,
Contabilidade e Eficiência

9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

**9º PRÊMIO CHICO E-CIDADANIA SOBRE CONTROLE SOCIAL,
GOVERNO ABERTO, INOVAÇÃO, GOVERNANÇA,
CONTABILIDADE E EFICIÊNCIA – 2019**

CATEGORIA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS

**TEMA: CONTROLADORIA, CONTABILIDADE E CUSTOS NO
SETOR PÚBLICO PARA AVALIAR RESULTADO E
DESEMPENHO**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS EM EDUCAÇÃO: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)**

AUTOR: ROBSON BENTO DOS SANTOS



9º PRÊMIO
CHICO e-CIDADANIA
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
Controle Social, Governo Aberto, Inovação, Governança,
Contabilidade e Eficiência

9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM EDUCAÇÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

RESUMO

Este relato de experiência tem por objetivo apresentar uma alternativa utilizada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como forma de mensurar e evidenciar os resultados das ações orçamentárias sob sua responsabilidade, sob a perspectiva da Eficácia e Eficiência. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica, aplicada, explicativa e indutiva, foram utilizadas como base conceitual para o desenvolvimento do modelo as contribuições de Machado (2002), que apresenta alternativa de apuração da informação de custos a partir da execução orçamentária da despesa, e Mesquita (2008), que apresenta uma forma de criação de indicador de Eficiência para as ações orçamentárias da UFRPE. A partir da aplicação do modelo da UFRPE, sob a ótica da eficácia, verificou-se que 50% das ações orçamentárias analisadas conseguiram atingir a eficácia plena no ano de 2018. Porém, considerando a relação Custo-Benefício, todas as ações analisadas apresentaram relação considerada vantajosa, enquadrando-as como eficientes, haja vista que os produtos gerados pelas ações foram proporcionalmente superiores aos custos relacionados.

PALAVRAS-CHAVE

Eficiência; Eficácia; Custos; Orçamento Público; Avaliação de Desempenho.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

1. INTRODUÇÃO

No setor público brasileiro, tanto os instrumentos normativos quanto os estudiosos corroboram que a gestão dos recursos públicos deve ocorrer com o foco no atingimento dos resultados previstos às políticas públicas, sendo a informação de custos um instrumento vital para a mensuração desses resultados (Machado, 2002; Bezerra Filho, 2012; Liberalquino *in* Machado, 2012).

Entretanto, a gestão das políticas públicas no Brasil, tradicionalmente, se mostra fortemente influenciada por aspectos relacionados à gestão orçamentária, que tem o Regime de Caixa Diferenciado¹ como condicionante ao reconhecimento e registro dos fatos contábeis. Assim, como a apuração da informação de custos guarda uma relação com aspectos relacionados ao Regime de Competência, historicamente houve a necessidade de se estabelecer uma relação conceitual entre as fases da execução orçamentária e a informação de custos.

Especificamente no que diz respeito à Educação Superior, diversos autores se debruçaram no estudo de modelos que pudessem estabelecer essa relação conceitual entre Orçamento e Custos, entre eles, Wolynec (1990), SESU/MEC (1994), Peñalosa (1998), TCU (2002), Machado (2002), Peter et. al (2003), Morgan (2004) e Reinert (2005), o que evidencia a importância do tema principalmente para se reduzir a assimetria informacional entre a essência contábil e o orçamento público.

Essa necessidade de um modelo de transição entre a informação orçamentária e a de custos ainda é necessária não só no Brasil, mas, na maior parte dos países. Os achados de Santos, Sousa e Azevedo (2016) evidenciaram que apenas 18% dos países no mundo, até 2015, possuíam simetria informacional entre o orçamento público e a contabilidade, havendo ainda uma predominância do Regime de Caixa e Caixa Diferenciado em relação ao Regime de Competência. A literatura internacional preconiza que há um movimento dos setores públicos dos países em adotar o Regime de Competência tanto para a Contabilidade quanto para o Orçamento, porém, esse movimento se mostra de certa forma

¹ De acordo com Carlin (2005), o Regime de Caixa Diferenciado se constitui na utilização predominante do Regime de Caixa, porém, com a introdução de alguns elementos do Regime de Competência.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

lento, haja vista que a perspectiva para 2020 é que 52% dos países ainda possuam forte influência do Regime de Caixa sobre o orçamento, demonstrando ainda a necessidade de estabelecimento de modelos de conciliação entre o orçamento e a contabilidade (Blondal, 2004; Carlin, 2005; Connolly & Hyndman, 2006; IFAC, 2010; Jagalla et al., 2011; Buhr, 2012; PWC, 2015).

A mensuração dos resultados da gestão das políticas públicas tem como objetivo o estabelecimento de indicadores de desempenho que permitam identificar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade. A partir das definições dadas por Bezerra Filho (2012), pode-se dizer que, basicamente, a eficiência consiste na melhor forma de utilização dos recursos disponíveis, de forma a evitar desperdícios, ofertando o máximo de produtos e serviços públicos utilizando o mínimo de recursos possível; a eficácia se constitui no atingimento de uma meta/resultado anteriormente estabelecido; a efetividade se constitui na verificação do impacto social gerado pela política pública, no sentido de verificar se houve o atendimento de uma demanda social.

A análise de desempenho faz-se necessária por ser um meio de avaliação da gestão pública, como também um meio de demonstrar ao cidadão de forma transparente e clara a qualidade do serviço ofertado pelo administrador público, além de proporcionar à administração meios de avaliar e rever suas decisões, caso seja necessário. (Vieira, 2009, p. 42)

Na verdade, o planejamento deve ser orientado para resultados desde sua concepção. Controle social e participação popular, na formulação do plano de longo prazo no setor público, constituem requisito indispensável para a legitimação das metas e políticas públicas a serem definidas. (Ribeiro Filho *in* Machado et al., 2012, p. 10)

Nesse contexto a informação de custos torna-se vital uma vez que os controles exclusivamente orçamentários não permitem que se verifique, efetivamente, o grau de eficiência dos serviços públicos (Slomski, 2010).

As medidas de custo e de eficiência estão diretamente ligadas. Sem medida de custos, também não há medida de eficiência na administração pública, dado que a eficiência é a relação entre os resultados e o custo para obtê-los. Sem um sistema de avaliação de resultados e de custos, a administração pública abre margem para encobrir ineficiência. (Alonso, 1999, p.44)



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

Os principais objetivos do sistema de informação de custos são prover informações que permitam avaliar a eficiência do uso dos recursos, a eficácia dos gestores na obtenção de suas metas e a efetividade das políticas públicas na resolução dos problemas apresentados pela sociedade. (Machado, 2002, p. 211)

Como a materialização de uma política pública, no Brasil, ocorre por meio dos programas e ações orçamentárias e a execução dos recursos ocorre num ambiente marcado pelo regime orçamentário, a medição do desempenho fica comprometida, uma vez que não leva em consideração o efetivo custo da política pública.

A contabilidade orçamentária tradicional não gera informações adequadas para que se conheça o real custo dos bens e serviços produzidos por organizações governamentais. Em decorrência disso, não permite que os custos incorridos sejam comparados aos resultados obtidos e que seja possível avaliar a eficiência das ações governamentais para analisar alternativas que poderiam obter idênticos resultados com custos menores. (Rezende et al, 2010, p. 961)

[...] uma contabilidade que não leve em conta a competência econômico-patrimonial resume-se a registros incompletos. A necessidade de apuração de resultados e avaliação de desempenhos conduz ao conceito de regime de competência [...]. (Holanda et al. 2010, p. 826)

O objetivo do sistema de custo do setor público [...] é prover informações que auxiliem a tomada de decisão do gestor público, bem como o controle e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. (Machado, 2002, p. 146)

Nesse contexto, considerando a assimetria informacional entre a execução orçamentária e à informação de custos, bem como a ausência de modelos pragmáticos de avaliação de desempenho que permitam mensurar a eficiência e a eficácia das ações orçamentárias, surge o seguinte questionamento: **Como mensurar a eficiência e eficácia das ações orçamentárias das universidades federais a partir da informação de custos?**

Assim, justifica-se o desenvolvimento de pesquisa e relatos de experiência efetiva voltados à demonstração prática de um modelo de verificação da performance das universidades federais, uma vez que tal modelo, dada a escassez de exemplos práticos, contribui para a discussão e avanço na melhoria não só no processo de avaliação de desempenho das universidades, como no aprimoramento do processo de controle. Tal



9º PRÊMIO
CHICO e-CIDADANIA
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
Controle Social, Governo Aberto, Inovação, Governança,
Contabilidade e Eficiência

9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

discussão ganha ainda mais relevância por se referir à Educação, que é um dos alicerces fundamentais do desenvolvimento de um país.

A variável educação se faz presente [...] por ser um importante indicador de desenvolvimento social de uma população e desta forma o investimento efetivo e eficiente nesta variável tem o papel de promover mudanças locais, como também, gerar maior qualidade de vida para a população a médio e longo prazo. (Vieira, 2009, p. 66)

Neste trabalho será apresentado o modelo de mensuração e apuração da eficiência e eficácia das ações orçamentárias que estão sob a responsabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O modelo em questão foi adotado pela UFRPE como peça componente do seu Relatório de Gestão e Prestação de Contas Anual a partir do ano de 2018.

É importante salientar que a verificação da efetividade de uma política pública pode ser muito difícil, haja vista que geralmente o atendimento de um pleito social pode ocorrer anos depois da implementação de uma determinada ação, ou a efetividade de uma ação estar condicionada à uma outra ação social, entre diversos outros fatores ambientais de cunho social, econômico e naturais. Assim, por exemplo, a redução da criminalidade num determinado período, pode ter ocorrido em função de uma atual política pública de segurança; porém, também pode ter sido consequência de uma política de educação específica ocorrida em anos anteriores, para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social; mas, também pode ter sido resultado do estabelecimento de uma política pública de planejamento familiar e controle natalidade, estabelecida em décadas anteriores à verificação da efetiva redução da criminalidade no período em que se está analisando.

Assim, em princípio, a efetividade de uma política pública não pode ser aferida verificando apenas o desempenho de uma ação orçamentária, num ano específico. Por conta disso, não se buscou mensurar o desempenho das ações orçamentárias de responsabilidade da UFRPE, sob a ótica da Efetividade.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

2. MODELO DE APURAÇÃO DO RESULTADO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UFRPE

2.1 – INDICADOR DO NÍVEL DE EFICÁCIA DA UFRPE

No modelo apresentado pela UFRPE, tendo por base a contribuição da pesquisa de Mesquita (2018), a Eficácia é medida a partir da comparação percentual entre as metas/objetivos almejados e os resultados efetivamente atingidos. Assim, se os resultados atingidos forem iguais ou superiores à meta prevista, tem-se que ocorreu o atingimento do objetivo e, com isso, tem-se a ocorrência da eficácia. Caso contrário, ou seja, quando o resultado atingido é inferior à meta prevista, tem-se a Ineficácia (o não atingimento da meta almejada).

Essa forma de apuração não representa uma contribuição efetiva da UFRPE na forma de se mensurar o nível de eficácia das ações orçamentárias, haja vista que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) já faz uso dessa forma de apuração.

Porém, conforme se verá oportunamente, a contribuição do modelo da UFRPE está na forma de se apurar o nível de eficiência a partir de uma análise comparativa com o nível de eficácia, e não de forma isolada como é feita atualmente pela SOF. Assim, o nível de eficácia é analisado da seguinte forma:

INEFICÁCIA: META REALIZADA < META PREVISTA
EFICÁCIA: META REALIZADA ≥ META PREVISTA

Partindo dessa perspectiva, é apresentado o índice de Eficácia/Ineficácia como sendo a relação percentual entre as Metas Previstas e Metas Realizadas. Assim, quando o índice apresenta resultado maior ou igual a 100%, tem-se Eficácia; quando o índice resulta em número menor que 100%, tem-se a ocorrência da Ineficácia. Logo:

$$META REALIZADA (\%) = \left[\frac{META REALIZADA}{META PREVISTA} \times 100 \right]$$

SE: META REALIZADA (%) ≥ 100%, EFICÁCIA
SE: META REALIZADA (%) < 100%, INEFICÁCIA



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

Conforme se verá oportunamente, essa medida do nível de eficácia é basilar à medição do desempenho sob a ótica da Eficiência.

2.2 – INDICADOR DO NÍVEL DE EFICIÊNCIA DA UFRPE

No que diz respeito à Eficiência, conforme já discutido neste trabalho, verifica-se que tradicionalmente esta foi tratada num ambiente exclusivamente orçamentário. A eficiência orçamentária é medida pela capacidade da instituição consumir todos os recursos orçamentários disponíveis para a execução dos programas e ações de governo. Assim, quanto mais recursos orçamentários forem utilizados, maior a eficiência da gestão.

Entretanto, sob a ótica contábil, essa concepção se mostra incoerente, uma vez que, sob o ponto de vista de Alonso (1999) e Bezerra Filho (2012), a eficiência se caracteriza pela relação entre os resultados por uma política pública e o custo correspondente para se obter tais resultados. Assim, mantendo as características quantitativas e qualitativas de um resultado almejado, quanto menos recursos forem empregados, mais eficiente se será. Assim, ao contrário da visão tradicional, a relação entre eficiência e consumo de recursos tende a ser inversa, ou seja, quanto menos recursos são empregados no atingimento de um objetivo, maior será o nível de eficiência (sob a ótica da economicidade).

Porém, antes de apresentarmos efetivamente o modelo de apuração do nível de eficiência, é vital o entendimento das variáveis utilizadas para compor tal modelo. Assim variáveis utilizadas pela UFRPE são: Custo Executado; Orçamento Previsto; Indicador de Custo Executado (%) e Indicador de Eficácia (apresentado no subcapítulo 2.1).

2.2.1 – CUSTO EXECUTADO

Conforme discutido anteriormente, na apuração do nível de eficiência das ações orçamentárias, utiliza-se como se fosse gasto, por força da previsão do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, a parte do orçamento que foi efetivamente empenhada no exercício financeiro. Nesse ponto se verifica um fator limitante no modelo tradicional,



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

pois, de acordo com Machado (2002), o estágio da despesa orçamentária que mais se aproxima do conceito de gastos efetivamente executados é o da Despesa Liquidada e não o da Despesa Empenhada.

Traçando um paralelo entre o mundo empresarial e o público, percebem-se algumas semelhanças ou correspondências entre os conceitos. A fase da Fixação, em termos genéricos, pode ser compreendida e praticada da mesma forma que o estabelecimento do custo-padrão, uma vez que o custo-padrão não deixa de ser uma espécie de orçamento. **A fase do Empenho não encontra correspondência nos conceitos normalmente utilizados pela contabilidade de custos.**

Na fase de Liquidação, são essencialmente verificados os critérios de realização da despesa e os valores "liquidados", que significa que o direito de receber do credor foi analisado, bem como atestado que este cumpriu sua obrigação contratual. A fase do Pagamento obviamente é idêntica ao conceito de desembolso, observando-se apenas que, na contabilidade pública, o pagamento deve ser precedido normalmente de todas as fases anteriores, enquanto na contabilidade empresarial o desembolso pode ser feito antes, durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto, defasada ou não do gasto. (Machado et al, 2012, p. 249)

A fase de liquidação cria os "valores liquidados", significando que foi analisado o direito a receber do credor, bem como atestado que este cumpriu sua obrigação contratual. **Essa fase equivale ao conceito de "Gasto", uma vez que a despesa liquidada representa o sacrifício financeiro da entidade para obter um produto ou serviço qualquer.** (Machado, 2002, p.120)

Santos (2017), ao analisar 11 modelos de apuração da informação de custos, aplicáveis às universidades federais brasileiras e confronta-los com a definição de custos internacionalmente aceita, concluiu que a informação gerada pela aplicação do modelo proposto por Machado (2002) é a que mais se aproxima do que preconiza o padrão internacional proposto pela IFAC.

Por conta disso, no modelo de análise de desempenho das ações orçamentárias da UFRPE, foi utilizada, para fins de mensuração do indicador de eficiência, o modelo de apuração de custos proposto por Machado (2002).

2.2.2 – ORÇAMENTO PREVISTO



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

Tradicionalmente, considera-se Orçamento Previsto para uma ação orçamentária apenas o valor da Dotação Atualizada² num determinado ano. Porém, evidenciar apenas a Dotação Atualizada como fonte de recursos para a execução de gastos (custos) num determinado ano se caracteriza numa evidenciação incompleta, dada a previsão legal da possibilidade de transferir para o ano seguinte a parte do orçamento que foi empenhada, porém, não chegou ao estágio da Liquidação e, conseqüentemente, não chegou ao estágio do Pagamento. Essa parcela do orçamento é chamada de Restos a Pagar Não Processados³. Conforme Bezerra Filho (2012), esse processo de transição dessa parcela do orçamento para o ano seguinte é intitulada e Inscrição em Restos a Pagar Não Processados. Assim, essa Inscrição se constitui num acréscimo ao orçamento do ano seguinte. Por conta disso, a UFRPE considera, como base para a apuração do nível de eficiência:

ORÇAMENTO PREVISTO (ano 2) = DOTAÇÃO ATUALIZADA (ano 2) + RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS (ano 1)

A partir da definição do Custo Executado e Orçamento Previsto, tem-se os elementos base para a apuração do Indicador de Custo Executado (%).

2.2.3 - Indicador de Custo Executado (%)

Tem como objetivo avaliar o percentual do Orçamento Previsto que efetivamente se concretizou como custo (Gastos/Custos Incorridos). Trata-se da relação percentual entre os Gastos/Custos Incorridos e o somatório entre a Dotação Atualizada com os Restos a Pagar Inscritos no exercício.

$$\text{Custo Executado (\%)} = \left[\frac{\text{Custo Executado}}{\text{Orçamento Previsto (Dotação Atualizada + Restos a Pagar Não Processados Inscritos)}} \times 100 \right]$$

² Dotação Atualizada corresponde ao montante de recursos do ano corrente previstos para serem utilizados na execução da ação orçamentária.

³ Restos a Pagar Não Processados são as despesas que foram empenhadas em anos anteriores, porém, só foram efetivamente liquidadas no ano seguinte. A fundamentação dos Restos a Pagar está no art. 36 da Lei nº 4.320/1964.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

A partir da comparação entre a variável “Custo Executado (%)” e a variável “Meta Realizada (%)”, tem-se os elementos necessários à mensuração da Eficiência, onde podem ocorrer as seguintes situações:

- (1) **SE: $META REALIZADA$ (%) / $CUSTO EXECUTADO$ (%) ≥ 1 , EFICIÊNCIA**
- (2) **SE: $META REALIZADA$ (%) / $CUSTO EXECUTADO$ (%) < 1 , INEFICIÊNCIA**

Assim, para fins de apresentação do Índice de Eficiência, quando a diferença entre a Meta Realizada (%) e o Custo Executado (%) for positiva, ou seja, maior que zero, a relação Custo-Benefício foi vantajosa à sociedade (ocorreu economicidade na gestão dos recursos). Caso contrário, ou seja, quando a diferença entre a Meta Realizada (%) e o Custo Executado (%) for negativa, ou seja, menor que zero, a relação Custo-Benefício foi desvantajosa à sociedade (não ocorreu economicidade na gestão dos recursos).

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Definida a metodologia de aferição do desempenho das ações orçamentárias sob a responsabilidade da UFRPE, é importante salientar que nem todas as ações orçamentárias foram objeto de avaliação, haja vista que algumas ações possuem caráter legalmente vinculado de execução, ou seja, a gestão da UFRPE não tem poder de decisão sobre sua execução ou inexecução, uma vez que instrumentos legais (leis, decretos, etc.) determinam tais execuções.

Basicamente, tal situação se verifica nas ações relacionadas à Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios Assistenciais a Servidores. Nesses casos, em princípio, não se pode medir a performance da gestão da UFRPE, por exemplo, sobre a execução de gastos com Auxílio Creche, Auxílio Funeral, Auxílio Alimentação, Vencimentos, pagamentos à Inativos, entre outros, uma vez que se constituem em obrigações constitucionais em que a gestão não tem poder de decisão quanto à sua execução ou não e, portanto, não pode ser mensurada a performance nesses casos. Assim, tais ações não foram objeto de análise no presente estudo.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

3.1 – Desempenho da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

De acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, a ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior tem como objetivo apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, o produto a ser entregue com a ação 4002 é o Benefício Concedido, que se constitui no o somatório dos diferentes benefícios concedidos a cada um dos estudantes do Ensino Superior.

Tabela 1 – Desempenho da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Execução Física da Ação – Metas								
Ano	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Inicial	Realizada				
2018	Benefício Concedido	Unidade	5.126	5.097				
2017	Benefício Concedido	Unidade	4.351	4.062				
Indicador de Custo Unitário								
Ano	(a) = Custo Unitário Previsto (1):(4)	(b) = Custo Unitário Efetivo (2):(5)		(c)=Variação (b) –(a)				
2018	R\$ 2.256,30	R\$ 2.252,95		- R\$ 3,30				
2017	R\$ 2.733,63	R\$ 2.852,49		R\$ 118,90				
Indicadores de Eficiência e Eficácia								
Ano	Custo Executado (%)			Indicador de Eficácia			Indicador de Eficiência	
	Orçamento Previsto (1)	Custo Total (2)	Gasto Realizado (%) (3) = (2) : (1)	Meta Prevista (4)	Meta Realizada (5)	Meta Realizada (%) (6) = (5) : (4)	Custo-Benefício (7) = (6) – (3)	Relação Custo-Benefício
2018	11.565.777,12	11.483.296,95	99,3%	5.126	5.097	99,4%	1,043	Vantajosa
2017	11.894.023,48	11.586.820,01	97,4%	4.351	4.062	93,4%	0,999	Desvantajosa



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

Verifica-se na Tabela 1 que a gestão da ação conseguiu melhorar o grau de eficácia entre os anos de 2017 e 2018, porém, não conseguiu a eficácia plena, uma vez que as metas previstas não foram efetivamente alcançadas no biênio em análise, apesar de que a meta não foi atingida em apenas 0,6% do previsto em 2018.

No que diz respeito à Eficiência, verifica-se que também houve uma melhora na relação Custo-Benefício, saindo de uma relação Desvantajosa (ineficiência) em 2017, pois o indicador foi menor que 1, para uma relação Vantajosa em 2018 (eficiência), quando indicador foi maior que 1.

A UFRPE fez a seguinte análise do desempenho da ação 4002:

Sob a ótica contábil, verifica-se que a gestão da ação 4002 melhorou seu desempenho entre os anos de 2017 e 2018, haja vista ter saído de uma análise de custo-benefício desvantajosa em 2017, ou seja, os resultados/benefícios gerados (93,4%) foram percentualmente inferiores ao gasto realizado (97,4%), revertendo tal situação em 2018, quando os resultados/benefícios gerados (99,4%) levemente superiores aos gastos realizados (99,3%). Em razão desse desempenho, verifica-se que em 2018 o custo unitário por benefício concedido caiu em R\$ 3,30 em relação ao custo que, em média, se esperava gastar em cada benefício concedido, o que impacta positivamente na relação custo-benefício, tornando-a vantajosa aos cofres públicos.

Verifica-se que o custo unitário médio em 2018 ficou levemente abaixo do que havia sido previsto, pois se efetivou em R\$ 2.252,95 no ano, quando estava previsto para ser da ordem de R\$ 2.256,30 anual. Esse desempenho de 2018 reverteu uma situação negativa verificada em 2017, onde tinha-se previsto um custo por benefício concedido na ordem de R\$ 2.733,63, porém, se efetivou em R\$ 2.852,49. Fonte: Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

De forma didática, a UFRPE evidenciou o índice de eficiência da ação 4002 na forma de velocímetro, conforme se pode verificar no Anexo A.

3.2 – Desempenho da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

De acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, a ação 4572 tem por objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, o produto a ser entregue com a ação 4572 é o Servidor Capacitado.

Tabela 2 – Desempenho da Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Execução Física da Ação – Metas								
Ano	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Inicial	Realizada				
2018	Servidor Capacitado	Unidade	650	1.148				
2017	Servidor Capacitado	Unidade	600	1.086				
Indicador de Custo Unitário								
Ano	(a) = Custo Unitário Previsto (1):(4)	(b) = Custo Unitário Efetivo (2):(5)			(c)=Variação (b) – (a)			
2018	R\$ 1.520,70	R\$ 354,09			- R\$ 1.166,61			
2017	R\$ 937,79	R\$ 274,98			- R\$ 662,80			
Indicadores de Eficiência, Eficácia e Custo-Benefício								
Ano	Custo Executado (%)			Indicador de Eficácia			Indicador de Eficiência	
	Orçamento Previsto (1)	Liquidação Total (2)	Gasto Realizado (%) (3) = (2) : (1)	Meta Prevista (4)	Meta Realizada (5)	Meta Realizada (%) (6) = (5) : (4)	Custo-Benefício (7) = (6) – (3)	Relação Custo-Benefício
2018	988.452,27	406.491,81	41,1%	650	1.148	176,6%	4,3	Vantajosa
2017	562.671,67	298.634,55	53,1%	600	1.086	181,0%	3,4	Vantajosa

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão 2018 - UFRPE

Verifica-se na Tabela 2 que a gestão da ação superou a plenitude do grau de eficácia entre os anos de 2017 e 2018, uma vez que as metas previstas foram efetivamente alcançadas no biênio em análise. Assim, a ação 4572 se mostrou eficaz no biênio em análise, haja vista que o indicador foi superior a 100% tanto em 2017 quanto em 2018.

No que diz respeito à Eficiência, verifica-se que também houve bons resultados na relação Custo-Benefício, sendo vantajosa tanto em 2017 quanto em 2018, desta forma, demonstrando eficiência da gestão no biênio.

A UFRPE fez a seguinte análise do desempenho da ação 4572:

Verifica-se que, contabilmente, a gestão da ação 4272 se mostrou vantajosa tanto em 2017 quanto em 2018. Desempenho esse que, conforme manifestação do gestor, foi bastante influenciado pela adoção da educação à distância, o que



9º PRÊMIO
CHICO e-CIDADANIA
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
Controle Social, Governo Aberto, Inovação, Governança,
Contabilidade e Eficiência

9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

tanto culminou numa maior abrangência dos cursos com o ingresso de mais alunos, como numa redução dos custos, haja vista que a educação à distância possui uma necessidade menor de infraestrutura física para a efetivação dos cursos. Em razão desse desempenho, verifica-se que em 2018 o custo unitário por servidor capacitado caiu em mais de R\$ 1 mil em relação ao custo que, em média, se esperava gastar com cada servidor capacitado, o que impactou positivamente na relação custo-benefício, tornando-a vantajosa aos cofres públicos.

Verifica-se que o custo unitário médio em 2018 ficou abaixo do que havia sido previsto, pois se efetivou em R\$ 354,09 no ano, quando estava previsto para ser da ordem de R\$ 1.520,70 anual. Esse desempenho de 2018 melhorou ainda mais o desempenho verificado em 2017, onde tinha-se previsto um custo por servidor capacitado em R\$ 937,79, porém, se efetivou em R\$ 274,98. Fonte: Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

De forma didática, a UFRPE evidenciou o índice de eficiência da ação 4572 na forma de velocímetro, conforme se pode verificar no Anexo A.

3.3 – Desempenho da Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

O Relatório de Gestão 2018 da UFRPE descreve que os objetivos da ação 20GK são o desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores. Incentivo e promoção de ações de integração ensino serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a IES e a comunidade, inclusive por meio de oferta de bolsas. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, o produto a ser entregue com a ação 20GK é a Iniciativa Apoiada, considerada como programa ou projeto educacional, de pesquisa científica-tecnológica, de educação tutorial, de formação e aperfeiçoamento na área de saúde, e de extensão universitária promovido; evento científico e cultural promovido; bem como iniciativa de fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão promovida com recursos desta ação orçamentária.

Tabela 3 – Desempenho da Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Física da Ação – Metas								
Ano	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Inicial	Realizada				
2018	Iniciativa apoiada	Unidade	11	12				
2017	Iniciativa apoiada	Unidade	4	2				
Indicador de Custo Unitário								
Ano	(a) = Custo Unitário Previsto (1):(4)	(b) = Custo Unitário Efetivo (2):(5)		(c)=Variação (b) – (a)				
2018	R\$ 340.986,38	R\$ 295.815,52		- R\$ 45.170,86				
2017	R\$ 381.389,19	R\$ 447.419,46		R\$ 66.030,27				
Indicadores de Eficiência e Eficácia								
Ano	Custo Executado (%)			Indicador de Eficácia			Indicador de Eficiência	
	Orçamento Previsto (1)	Liquidação Total (2)	Gasto Realizado (%) (3) = (2) : (1)	Meta Prevista (4)	Meta Realizada (5)	Meta Realizada (%) (6) = (5) : (4)	Custo-Benefício (7) = (6) – (3)	Relação Custo-Benefício
2018	3.750.850,18	3.549.786,23	94,6%	11	12	109,1%	1,2	Vantajosa
2017	1.525.556,74	894.838,92	58,7%	4	2	50,0%	0,9	Desvantajosa

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão 2018 - UFRPE

Ao analisar a Tabela 3, verifica-se que a gestão da ação 20GK conseguiu melhorar o grau de eficácia entre os anos de 2017 e 2018, passando de uma situação de ineficácia



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

em 2017, uma vez que as metas previstas não foram efetivamente alcançadas e com isso o indicador foi inferior a 100%, para uma situação de Eficácia Plena em 2018, uma vez que o indicador foi superior a 100%, indicando que houve a entrega de mais produtos que o inicialmente previsto.

No que diz respeito à Eficiência, verifica-se que também houve uma melhora na relação Custo-Benefício, saindo de uma relação Desvantajosa (ineficiência) em 2017, pois o indicador foi menor que 1, para uma relação Vantajosa em 2018 (eficiência), quando indicador foi maior que 1.

A UFRPE fez a seguinte análise do desempenho da ação 20GK:

Sob a ótica contábil, verifica-se que a gestão da ação 20GK (localizador 0026) melhorou seu desempenho entre os anos de 2017 e 2018, haja vista ter saído de uma análise de custo-benefício desvantajosa em 2017, ou seja, os resultados/benefícios gerados (50%) foram percentualmente inferiores ao gasto realizado (58,7%), revertendo tal situação em 2018, quando os resultados/benefícios gerados (109,1%) levemente superiores aos gastos realizados (94,6%). Em razão desse desempenho, Verifica-se que em 2018 o custo unitário por iniciativa apoiada caiu em R\$ 45.170,86 em relação ao custo que, em média, se esperava gastar em cada uma dessas iniciativas, o que impacta positivamente na relação custo-benefício, tornando-a vantajosa aos cofres públicos.

Verifica-se que o custo unitário médio em 2018 ficou abaixo do que havia sido previsto, pois se efetivou em R\$ 295,8 mil, quando estava previsto para ser da ordem de R\$ 340,9 mil. Esse empenho de 2018 reverteu uma situação negativa verificada em 2017, onde tinha-se previsto um custo por iniciativa na ordem de R\$ 381,3 mil, porém, se efetivou em R\$ 447,4 mil. Fonte: Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

O índice de eficiência da ação 20GK foi evidenciado pela UFRPE também graficamente na forma de velocímetro, conforme se pode verificar no Anexo A.

3.4 – Desempenho da Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

O Relatório de Gestão 2018 da UFRPE descreve que a ação 20RK tem como objetivo fazer o Apoio a gestão administrativa, financeira e técnica, ao desenvolvimento de ações para o funcionamento dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão das Instituições Federais de Educação Superior, bem como definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional nas modalidades presencial e à



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

distância. Também apoia ações tais como: manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, o produto a ser entregue com a ação 20RK é o Estudante Matriculado, que se constitui no estudante com matrícula na instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica.

Tabela 4 – Desempenho da Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Execução Física da Ação – Metas								
Ano	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Inicial	Realizada				
2018	Estudante matriculado	Unidade	15.550	15.331				
2017	Estudante matriculado	Unidade	14.000	15.180				
Indicador de Custo Unitário								
Ano	(a) = Custo Unitário Previsto (1):(4)		(b) = Custo Unitário Efetivo (2):(5)		(c)=Variação (b) – (a)			
2018	R\$ 5.768,49		R\$ 4.298,06		- R\$ 1.470,43			
2017	R\$ 5.865,40		R\$ 4.467,73		- R\$ 1.397,67			
Indicadores de Eficiência, Eficácia e Custo-Benefício								
Ano	Custo Executado (%)			Indicador de Eficácia			Indicador de Eficiência	
	Orçamento Previsto (1)	Liquidação Total (2)	Gasto Realizado (%) (3) = (2) : (1)	Meta Prevista (4)	Meta Realizada (5)	Meta Realizada (%) (6) = (5) : (4)	Custo-Benefício (7) = (6) – (3)	Relação Custo-Benefício
2018	89.700.096,47	65.893.541,78	73,5%	15.550	15.331	98,6%	1,3	Vantajosa
2017	82.115.672,89	67.820.182,72	82,6%	14.000	15.180	108,4%	1,3	Vantajosa

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão 2018 - UFRPE

Verifica-se na Tabela 4 que a gestão da ação teve uma piora no índice de eficácia entre 2017 e 2018, pois em 2017 conseguiu superar a meta prevista, não conseguindo



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

manter tal desempenho em 2018, quando a meta realizada ficou abaixo da meta prevista. Assim, a ação 20RK se mostrou eficaz no ano de 2017, haja vista que o indicador foi superior a 100%, e ineficaz em 2018, tendo em vista o indicador ter sido inferior a 100%.

No que diz respeito à Eficiência, verifica-se que houve bons resultados na relação Custo-Benefício, sendo vantajosa tanto em 2017 quanto em 2018, desta forma, demonstrando eficiência da gestão no biênio.

A UFRPE fez a seguinte análise do desempenho da ação 20RK:

Sob a ótica contábil, verifica-se que a gestão da ação 20RK (localizador 0026), apesar de ter apresentado uma redução no resultado alcançado entre os anos de 2017 e 2018 (tendo sido de 108,4% em 2017 e 98,6% em 2018), cujos fatores que contribuíram negativamente foram expostos acima pelo gestor da ação, houve a manutenção do desempenho entre os anos de 2017 e 2018, haja vista a análise de custo-benefício se manteve vantajosa nos dois anos, representando a entrega de resultados superiores aos gastos correspondentes. Em razão desse desempenho, verifica-se que em 2018 o custo unitário por estudante matriculado caiu em R\$ 1.470,43 em relação ao custo que, em média, se esperava gastar com cada, o que impactou positivamente na relação custo-benefício, tornando-a vantajosa aos cofres públicos.

Verifica-se que o custo unitário médio em 2018 ficou abaixo do que havia sido previsto, pois se efetivou em R\$ 4.298,06 no ano, quando estava previsto para ser da ordem de R\$ 5.768,49 anual. Esse desempenho de 2018 representou uma manutenção do bom desempenho verificado em 2017, onde tinha-se previsto um custo por estudante matriculado em R\$ 5.865,40, porém, se efetivou em R\$ 4.467,73. Fonte: Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

O Índice de Eficiência da ação 20RK foi graficamente evidenciada na forma de velocímetro pela UFRPE, conforme se pode verificar no Anexo A.

3.5 – Desempenho da Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

O Relatório de Gestão 2018 da UFRPE descreve que os objetivos da ação 20RL são a Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão 2018 da UFRPE, o produto a ser entregue pela ação 20RL é o Estudante Matriculado, sendo esse considerado o estudante com matrícula na instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica.

Tabela 5 – Desempenho da Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Execução Física da Ação – Metas								
Ano	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Inicial	Realizada				
2018	Estudante matriculado	Unidade	847	1.022				
2017	Estudante matriculado	Unidade	713	1.093				
Indicador de Custo Unitário								
Ano	(a) = Custo Unitário Previsto (1):(4)	(b) = Custo Unitário Efetivo (2):(5)			(c)=Variação (b) – (a)			
2018	R\$ 1.897,39	R\$ 1.276,50			- R\$ 620,89			
2017	R\$ 3.069,42	R\$ 1.820,52			- R\$ 1.248,90			
Indicadores de Eficiência e Eficácia								
Ano	Custo Executado (%)			Indicador de Eficácia			Indicador de Eficiência	
	Orçamento Previsto (1)	Liquidação Total (2)	Gasto Realizado (%) (3) = (2) : (1)	Meta Prevista (4)	Meta Realizada (5)	Meta Realizada (%) (6) = (5) : (4)	Custo-Benefício (7) = (6) – (3)	Relação Custo-Benefício
2018	1.607.086,62	1.304.583,34	81,2%	847	1.022	120,7%	1,5	Vantajosa
2017	2.188.497,56	1.989.832,09	90,9%	713	1.093	153,3%	1,7	Vantajosa

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão 2018 - UFRPE

Pode-se verificar na Tabela 5 que a gestão da ação mais que atingiu a plenitude do grau de eficácia entre os anos de 2017 e 2018, uma vez que as metas previstas foram efetivamente alcançadas no biênio em análise. Assim, a ação 20RL se mostrou eficaz no biênio em análise, haja vista que o indicador foi superior a 100% tanto em 2017 quanto em 2018.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

O comportamento do indicador de Eficiência acompanhou o desempenho da Eficácia, pois verifica-se que também houve bons resultados na relação Custo-Benefício, sendo vantajosa tanto em 2017 quanto em 2018, desta forma, demonstrando eficiência da gestão no biênio. Assim, o indicador de eficiência foi superior a 1 no biênio em análise, o que demonstra que os produtos foram entregues a custos proporcionalmente inferiores ao esperado, desta forma, gerando eficiência na gestão dos recursos.

A UFRPE fez a seguinte análise do desempenho da ação 20RL:

Sob a ótica contábil, verifica-se que a gestão da ação 20RL (localizador 0026), apesar de ter apresentado uma redução no resultado alcançado entre os anos de 2017 e 2018 (tendo sido de 153,3% em 2017 e 120,7% em 2018), houve a manutenção do desempenho entre os anos de 2017 e 2018, haja vista a análise de custo-benefício se manteve vantajosa nos dois anos, representando a entrega de resultados bastante superiores aos gastos correspondentes. Em razão desse desempenho, verifica-se que em 2018 o custo unitário por estudante matriculado caiu em R\$ 620,89 em relação ao custo que, em média, se esperava gastar com cada, o que impactou positivamente na relação custo-benefício, tornando-a vantajosa aos cofres públicos.

Verifica-se que o custo unitário médio em 2018 ficou abaixo do que havia sido previsto, pois se efetivou em R\$ 1.276,50 no ano, quando estava previsto para ser da ordem de R\$ 1.897,93 anual. Esse desempenho de 2018 representou uma manutenção do bom desempenho verificado em 2017, onde tinha-se previsto um custo por estudante matriculado em R\$ 3.069,42, porém, se efetivou em R\$ 1.820,52. Fonte: Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

A análise gráfica do indicador de eficiência da ação 20RL pode ser verificada no Anexo A.

3.6 – Desempenho da Ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A UFRPE, em seu Relatório de Gestão de 2018, descreve que o objetivo da ação 2994 é o Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

O produto a ser gerado com a ação 2994, de acordo com o supracitado Relatório de Gestão, é o Benefício Concedido, que se constitui no somatório dos diferentes benefícios concedidos a cada um dos estudantes da educação profissional e tecnológica.

Tabela 6 - Desempenho da Ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Execução Física da Ação – Metas								
Ano	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
			Inicial	Realizada				
2018	Benefício Concedido	Unidade	420	349				
2017	Benefício Concedido	Unidade	397	747				
Indicador de Custo Unitário								
Ano	(a) = Custo Unitário Previsto (1):(4)		(b) = Custo Unitário Efetivo (2):(5)		(c)=Variação (b) – (a)			
2018	R\$ 1.456,66		R\$ 1.387,09		- R\$ 69,57			
2017	R\$ 1.926,73		R\$ 783,27		- R\$ 1.143,46			
Indicadores de Eficiência, Eficácia e Custo-Benefício								
Ano	Custo Executado (%)			Indicador de Eficácia			Indicador de Eficiência	
	Orçamento Previsto (1)	Liquidação Total (2)	Gasto Realizado (%) (3) = (2) : (1)	Meta Prevista (4)	Meta Realizada (5)	Meta Realizada (%) (6) = (5) : (4)	Custo-Benefício (7) = (6) – (3)	Relação Custo-Benefício
2018	611.798,70	484.095,00	79,1%	420	349	83,1%	1,1	Vantajosa
2017	764.913,50	585.102,30	76,5%	397	747	188,2%	2,5	Vantajosa

Fonte: Relatório de Gestão 2018 - UFRPE

A partir da Tabela 5, pode-se verificar que a gestão da ação mais que atingiu a plenitude do grau de eficácia entre os anos de 2017 e 2018, uma vez que as metas previstas foram efetivamente alcançadas no biênio em análise. Assim, a ação 20RL se mostrou eficaz entre 2017 e 2018, haja vista que o indicador foi superior a 100% tanto em 2017 quanto em 2018.

No que diz respeito ao indicador de eficiência, verifica-se que também houve bons resultados na relação Custo-Benefício, sendo vantajosa tanto em 2017 quanto em 2018, desta forma, demonstrando eficiência da gestão no biênio. Assim, o indicador de eficiência foi superior a 1 no biênio em análise, o que demonstra que os produtos foram entregues a custos proporcionalmente inferiores ao esperado, desta forma, gerando eficiência na gestão dos recursos.

A UFRPE fez a seguinte análise do desempenho da ação 2994:



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

Sob a ótica contábil, verifica-se que a gestão da ação 2994 (localizador 0026), apresentou uma redução considerável no resultado, quando comparados os anos de 2017 e 2018, tendo atingido 188,2% da meta em 2017 e 83,1% em 2018. Entretanto, apesar dessa retração no resultado da meta, houve a manutenção do desempenho entre os anos de 2017 e 2018, haja vista a análise de custo-benefício se manteve vantajosa nos dois anos, representando a entrega de resultados superiores aos gastos correspondentes. Em razão desse desempenho, verifica-se que em 2018 o custo unitário por benefício concedido caiu em R\$ 69,57 em relação ao custo que, em média, se esperava gastar com cada benefício, o que impactou positivamente na relação custo-benefício, tornando-a vantajosa aos cofres públicos.

Verifica-se que o custo unitário médio em 2018 ficou abaixo do que havia sido previsto, pois se efetivou em R\$ 1.387,09 no ano, quando estava previsto para ser da ordem de R\$ 1.456,66 anual. Esse desempenho de 2018 conseguiu manter o desempenho verificado em 2017, onde tinha-se previsto um custo por benefício concedido em R\$ 1.926,73, porém, se efetivou em R\$ 783,27. Fonte: Relatório de Gestão 2018 – UFRPE

A evidenciação gráfica do índice de eficiência da ação 2994 pode ser verificado no Anexo A.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o questionamento na UFRPE de “**Como mensurar a eficiência e eficácia das ações orçamentárias das universidades federais a partir da informação de custos?**”, tem-se que inicialmente o modelo de apuração e evidenciação elaborado pela UFRPE responde ao questionamento, uma vez que apresenta uma alternativa bastante pragmática e, de certa forma, de simples aplicação, haja vista não requerer nenhum investimento considerável para sua implementação, porém, gerar informações objetivas e mais transparentes sobre a performance dos gestores na execução dos recursos públicos a eles confiados, desta forma, contribuindo para o aprimoramento dos controles internos e externos.

No que diz respeito aos índices de Eficácia das ações, em 2018, 50% das ações analisadas conseguiram atingir a Eficácia Plena, enquanto as demais não o grau de Eficácia não foi pleno, porém, quando se avalia a relação Custo-Benefício de todas as ações analisadas, verifica-se que essa relação foi Vantajosa em todas elas, no ano de 2018. Nesse contexto, de acordo com os índices de Eficiência apurados, a UFRPE conseguiu



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

atingir a plenitude em todas as ações sob sua responsabilidade, demonstrando a partir da perspectiva de Mesquita (2018) e Machado (2002) que a UFRPE conseguiu gerir os recursos públicos a ela confiados de forma eficiente.

Como forma de contribuição à futuras pesquisas e aprimoramento do modelo exposto neste Relato, sugere-se que seja verificado o impacto de outras ações orçamentárias, de execução vinculada, no desempenho das ações analisadas, como é o caso, por exemplo das ações de pagamento de Pessoal e Encargos, pois os custos com remuneração de pessoal, por não serem executados orçamentariamente nas ações analisadas, não puderam ser incluídos na composição do custo total efetivo. Como, em princípio, os gastos com remuneração de pessoal possuem comportamento de custos assemelhados aos custos indiretos, pois um mesmo servidor geralmente atua em diversas ações orçamentárias, a alocação desses custos depende de um estudo mais aprofundado sobre quais variáveis devem ser observadas no desenvolvimento de um modelo que seja capaz de alocar tais custos às ações num menor grau de subjetividade possível, a fim de evitar distorções nas informações geradas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. Custos no serviço público. *Revista do Serviço Público*. Brasília, n. 1, p. 37- 62, jan.-mar., 1999.

ANESSI-PESSINA, E., & STECCOLINI, I. Effects of budgetary and accruals accounting coexistence: evidence from Italian local governments. *Financial Accountability & Management*, 23(2), pp. 113-131, 2007.

BARTON, A. D. How to profit from defence: a study in the misapplication of business accounting to the public sector in Australia. *Financial Accountability & Management*, 20(3), pp. 281-304, 2004.

BEZERRA FILHO, J. E. *Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva*. São Paulo: Atlas, 2012.

BLÖNDAL, J. R. Accrual Accounting and Budgeting. *OECD Journal on Budgeting*, 3(1), pp. 43-59, 2003.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2003.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios Recife, 19 e 20 de agosto de 2016. 11 e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em: 15/03/2019.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 15/03/2019.

_____. Tribunal de Contas da União. Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão: Decisão TCU nº 408/2002-Plenário. Versão revisada em março/2004. Brasília: 2004. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/indicadores.pdf>. Acesso em: 15/03/2019.

_____. Ministério da Educação. Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/indicadores.pdf>>. Acesso em: 15/03/2019.

_____. Ministério da Educação. Sistema de Apuração de Custos das IFES. Brasília: 1994.

_____. Ministério da Educação. Documento Básico de Avaliação das Universidades Brasileiras: Uma Proposta Nacional. Brasília: 1993. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/docbas.pdf>>. Acesso em: 15/03/2019.

_____. Ministério da Educação. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2013-pdf/12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf>>. Acesso em: 15/03/2019.

_____. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Relatório de Gestão 2018. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GESTAO%202018.pdf>>. Acesso em: 15/06/2019.

BUHR, N. Accrual accounting by Anglo-American governments: Motivations, developments, and some tensions over the last 30 years. *Accounting History*, 17(3-4), pp. 287-309, 2012.

CARLIN, T. M. Debating the impact of accrual accounting and reporting in the public sector. *Financial Accountability & Management*, 21(3), pp. 309-336, 2005.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

CONNOLLY, C., & HYNDMAN, N. The actual implementation of accruals accounting: caveats from a case within the UK public sector. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(2), pp. 272-290, 2006.

HOLANDA, V. B. [et al.]. A Importância da Contabilidade de Competência para a Informação de Custos Governamental. *Revista de Administração Pública-RAP*. Rio de Janeiro 44 (4):821-37, JUL./AGO. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6950>>. Acesso em: 18/04/2019.

_____. LATTMAN-WELTMAN, F.; GUIMARÃES, F. Sistema de Informação de Custos na Administração Pública Federal: Uma Política de Estado. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7725/CPDOC_SistemaDeInformacaoCusto.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18/04/2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). Perspectives on Cost Accounting for Government: International Public Sector Study. Study 12. New York: 2000. Disponível em: <<https://www.ifac.org/publications-resources/study-12-perspectives-cost-accounting-governments>> Acesso em: 14/04/2019.

_____. IPSAS Adoption by Governments. 2007. Disponível em: <http://www.ifac.org/system/files/publications/files/IPSAS_Adoption_Governments.pdf> Acesso em: 15/03/2019.

_____. Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público - IPSAS. Texto em Português. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, dezembro de 2012.

JAGALLA, T., BECKER, S. D., & WEBER, J. A taxonomy of the perceived benefits of accrual accounting and budgeting: evidence from German states. *Financial Accountability & Management*, 27(2), pp. 134-165, 2011.

LIBERALQUINO, J. O. Ciclo da Gestão Pública: Planos Plurianuais, Orçamento e Execução Orçamentária. In RIBEIRO FILHO, J. F.; MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. de. et al (Org.). *Gestão Pública Baseada em Resultados no Setor Público: Uma abordagem Didática para Implementação em Prefeituras, Câmaras Municipais, Autarquias, Fundações e Unidades Organizacionais* (pp. 105-126). São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, N. Sistema de Informação de Custo: Diretrizes para Integração ao Orçamento Público e à Contabilidade Governamental. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade)-Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002. Disponível em: <www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fNelson_MACHADO_Tese_Doutorado.pdf>. Acesso em: 20/03/2019.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

_____. HOLANDA, V. B. Diretrizes e Modelo Conceitual de Custos para o Setor Público a Partir da Experiência no Governo Federal do Brasil. Revista de Administração Pública-RAP. Rio de Janeiro 44 (4):791-820, Jul./Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>>. Acesso em: 19/04/2019.

_____. et al. GBRSP - Gestão Baseada em Resultado no Setor Público: Uma abordagem didática para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais. São Paulo: Atlas, 2012.

MESQUITA, E. M. Análise do Resultado das Ações da Universidade Federal Rural de Pernambuco a Partir da Execução Orçamentária da Despesa e do Cumprimento das Metas Físicas no Período de 2012 a 2015. 69 f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

MORGAN. B. F. A Determinação do Custo do Ensino na Educação Superior: O Caso da Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado Multi-institucional em Contabilidade)-Universidade de Brasília. Brasília: 2004. Disponível em:<http://www.cca.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=115%3Adissertacao-041&catid=9%3Adissertacoes-de-mestrado&Itemid=78>. Acesso em: 20/04/2019.

PAULSSON, G. Accrual accounting and cash budgeting - the prospects for running a dual system. Sweden: Department of Business Administration, School of Economics and Management, Lund University, 2007.

PEÑALOZA. V. Um Modelo de Análise de Custos do Ensino Superior. Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9902.pdf>>. Acesso em 02/03/2019.

PETER et al. Proposta de um Sistema de Custos para as Universidades Federais Brasileiras Fundamentado no *Activity Based Costing*. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-gpg-1801.pdf>>. Acesso em: 19/04/2019.

PWC. Global Survey on Accounting and Reporting by Central Government: Toward a new era in government accounting and reporting. 2013. Disponível em: <<https://www.pwc.com/gx/en/psrc/publications/assets/pwc-global-ipsas-survey-government-accounting-and-reporting-pdf.pdf>>. Acesso em: 18/03/2019.

_____. Global Survey on Accounting and Reporting by Central Government: Toward a new era in government accounting and reporting. 2 nd Edition. 2015. Disponível em: <<https://www.pwc.com/my/en/assets/publications/towards-new-era-in-govt-accounting-reporting.pdf>>. Acesso em: 18/03/2019.



9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

REINERT. C. Metodologia Para Apuração de Custos nas IFES Brasileiras. Dissertação (Mestrado em Administração, Políticas e Gestão Universitária) -Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103003>>. Acesso em: 13/03/2019.

REZENDE. F. et al. Informação de Custos e Qualidade do Gasto Público: Lições da Experiência Internacional. Revista de Administração Pública-RAP. Rio de Janeiro 44 (4):959-92, Jul./Ago. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6955>>. Acesso em: 20/04/2019.

SANTOS. R. B. Custos no Serviço Público Federal: Uma Análise dos Modelos de Apuração Aplicáveis às Universidades Federais Brasileiras. Dissertação (Mestrado em Controladoria). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: <http://ppgc.ufrpe.br/sites/ww3.ppgc.ufrpe.br/files/documentos/012_robson_bento_santos.pdf>. Acesso em: 20/05/2019.

SANTOS. R.B., SOUSA. R.G., AZEVEDO. T.K.G.N. Simetria Informacional no Setor Público: Uma Análise Internacional Sobre a Relação Entre os Regimes Contábil e Orçamentário. I Simpósio de Controladoria (SIMPCONT). 2016. Disponível em: <<http://www.simpcont.ppgc.ufrpe.br/sites/simpcont.ppgc.ufrpe.br/files/Artigo%200004.pdf>>. Acesso em: 05/05/2019.

SCHICK, A. Performance budgeting and accrual budgeting: decision rules or analytic tools? Journal on Budgeting, Paris, OECD, 7 (2), pp. 109-138, 2007.

SLOMSKI. V. et al. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. Revista de Administração Pública (RAP) 44 (4):933-57, jul./ago. 2010. Rio de Janeiro, FGV.

WOLYNEC, E. O Uso de Indicadores de Desempenho para a Avaliação Institucional. Seminário de Avaliação do Ensino Superior: Contexto, Experiência, Desdobramento e Perspectivas. Universidade de São Paulo, 1990. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9010.pdf>>. Acesso em 15/03/2019.

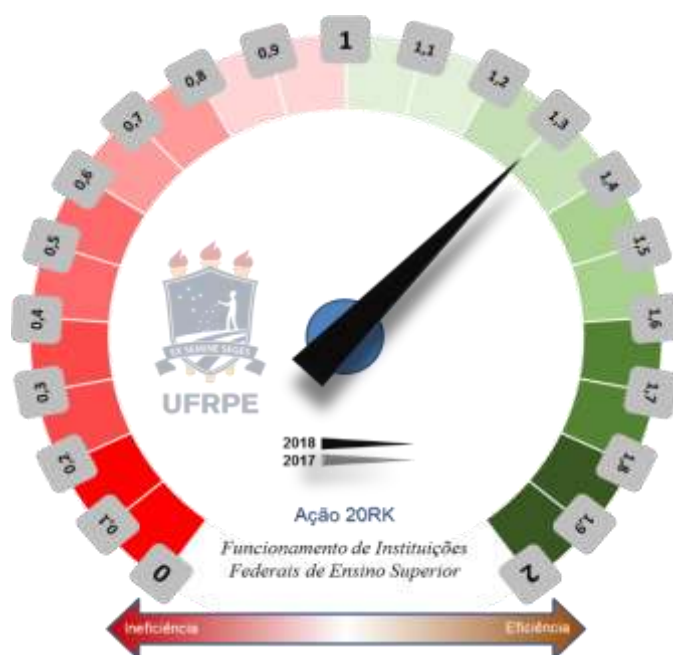
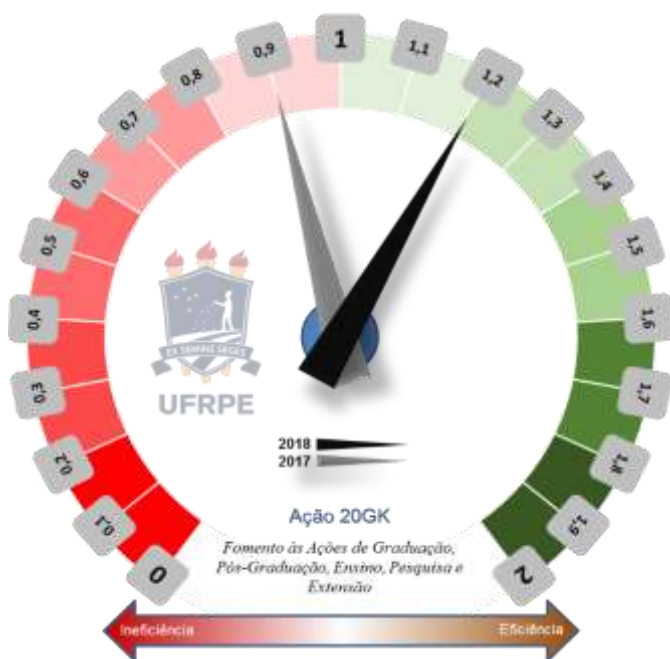
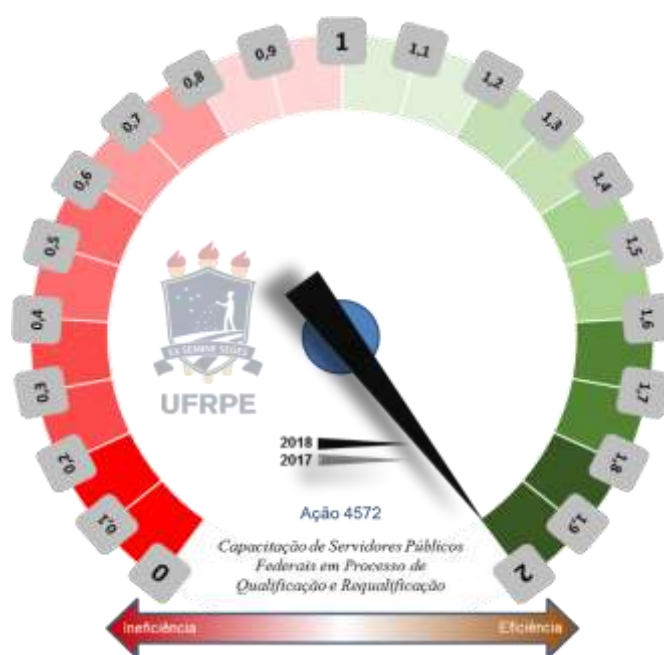
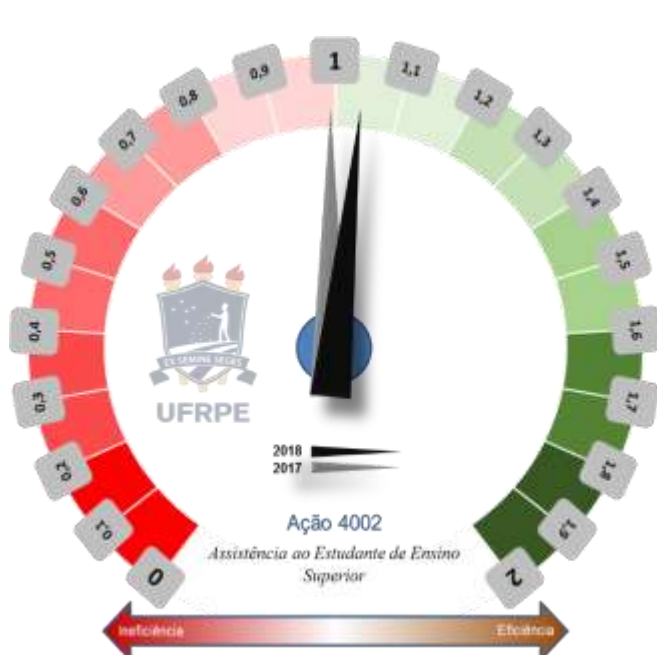


9º PRÊMIO
CHICO e-CIDADANIA
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
Controle Social, Governo Aberto, Inovação, Governança,
Contabilidade e Eficiência

9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019

ANEXO A

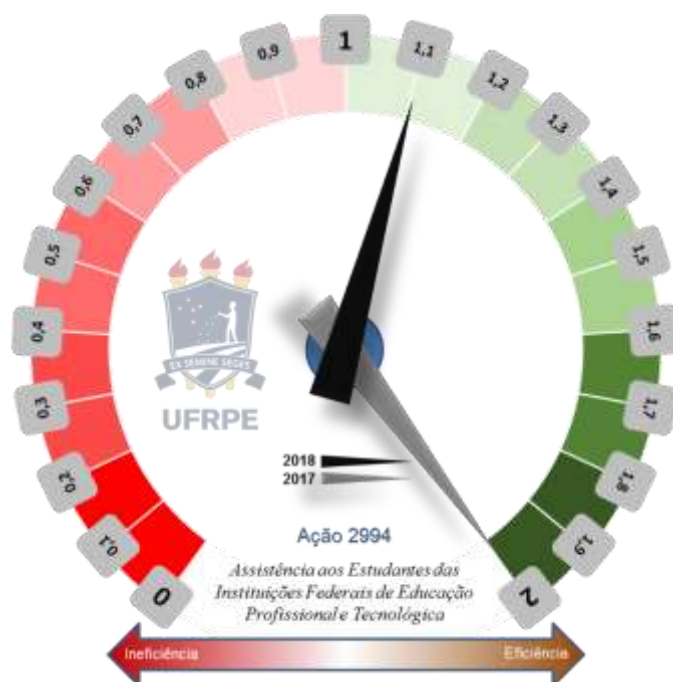
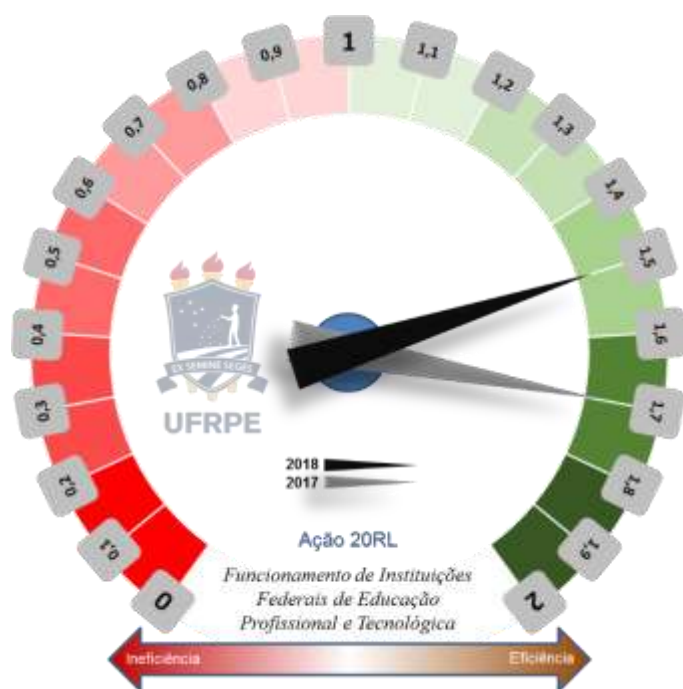
INDICADOR DE EFICIÊNCIA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UFRPE





9º PRÊMIO
CHICO e-CIDADANIA
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
Controle Social, Governo Aberto, Inovação, Governança,
Contabilidade e Eficiência

9º Prêmio Chico e-Cidadania sobre Controle social, Governo aberto, Inovação, Governança, Contabilidade e Eficiência - 2019



Fonte: Relatório de Gestão 2018 UFRPE